

## EDUCAÇÃO E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: COMO SUPERAR?

FELIPE NÉO DOS SANTOS, RAIMUNDO JACKSON NOGUEIRA DA SILVA, FABIANO GERALDO BARBOSA, EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA, SOLONILDO ALMEIDA DA SILVA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

<felipeneo90@gmail.com>, <raimundojackson@hotmail.com>, <fabiano.barbosa@ifce.edu.br>, <emanoel.almeida@ifce.edu.br>, <solonildo@ifce.edu.br>

10.21439/conexoes.v16i0.2290

**Resumo.** O presente estudo teve como objetivo geral analisar os impactos da crise estrutural do capital na educação, sendo os objetivos específicos: a) verificar as mudanças ocorridas na educação como objeto de interesses do capital; b) problematizar a educação enquanto atividade educativa imediatista; e c) identificar estratégias para superar a lógica da educação como mercadoria. Em termos metodológicos, a pesquisa se baseou no método ontológico, a partir de uma abordagem qualitativa e de uma investigação bibliográfica. Para tanto, tomou-se, fundamentalmente, como referências as proposições teóricas dos seguintes autores: Tonet (2016a) e Mészáros (2011), dentre outros. Os resultados e discussões indicaram que a atividade educativa mantém estreita relação ontológica com o trabalho. Isso explica o fato de que a educação é objeto de interesse do capital. Nas considerações finais, enfatizou-se a importância de pesquisadores/as em aprofundar a discussão acerca da relação entre a crise estrutural do capital e suas influências no campo educacional diante da dominação neoliberal que possui inflexões de cunho político, econômico, cultural e social.

**Palavras-chaves:** Crise Estrutural; Capital; Educação e Influências.

## EDUCATION AND THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL: HOW TO OVERCOME?

**Abstract.** The present study aimed to analyze the impacts of the structural crisis of capital on education, with specific objectives: a) verifying the changes that have taken place in education as an object of capital's interests; b) problematize education as an immediate educational activity; and c) identify strategies to overcome the logic of education as a commodity. In methodological terms, the research was based on the ontological method, from a qualitative approach and a bibliographical investigation. Therefore, the theoretical propositions of the following authors were taken, fundamentally, as references: Tonet (2016a) and Mészáros (2011), among others. The results and discussions indicated that the educational activity maintains a close ontological relationship with work. This explains the fact that education is an object of interest to capital. In the final considerations, the importance of researchers in deepening the discussion about the relationship between the structural crisis of capital and its influences in the educational field in the face of neoliberal domination that has political, economic, cultural and social inflections was emphasized.

**Keywords:** Structural Crisis; Capital; Education and Influences.

## 1 INTRODUÇÃO

As crises cíclicas<sup>1</sup> são inerentes ao capitalismo e, no curso do seu desenvolvimento, atingem o Estado e a sociedade civil, assim como, acarretam rebatimentos nas políticas públicas, tais como saúde, habitação, moradia, economia, saneamento básico, educação, dentre outras. Para Mészáros (2011), a crise que se inicia na década de 1970 difere das crises anteriores na medida em que afeta, pela primeira vez na história, o conjunto da humanidade de forma global e generalizada, caracterizando uma crise estrutural do capital. Essa crise ataca a economia mundial na lógica da rentabilidade, da produtividade, do consumo e impacta a ordem social.

Tonet (2016a) aponta para a relação explícita de compra e venda da força de trabalho do/a produtor/a pelo/a capitalista, existindo dominação do capital sobre o trabalho e apropriação privada. Portanto, a produção é coletiva e a apropriação dos produtos é concentrada nas mãos de uma minoria, pois há diferença existente entre o/a trabalhador/a que recebe sua remuneração em consequência do trabalho produzido/realizado e o/a capitalista que fica com a maior parte do valor adquirido por meio das produções do/a trabalhador/a, caracterizando dominação e exploração.

A lógica do capital, de acordo com Tonet (2016a) se configura pela incessante busca do aumento da produção, procura por novos mercados consumidores, a lucratividade e a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria dominadora. O capitalismo proporcione para a sociedade a divergência entre capital e trabalho, intensificando as lutas de classes, as desigualdades sociais, a extinção de valores humanos, a valorização do consumo, do lucro e do individualismo, além do impulso à competitividade.

A crise estrutural do capital demanda ao complexo da educação, dada a sua relação de autonomia relativa, dependência ontológica e determinação recíproca com o trabalho, exigências sobre a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. A formação de “capital humano”, no contexto de reestruturação produtiva, no entanto, não consegue se efetivar, mesmo a despeito de um discurso mistificador acerca de uma dita meritocracia, segundo a qual o sucesso ou insucesso seriam decor-

rentes, exclusivamente, das escolhas de cada indivíduo.

Diante do exposto, este estudo nasceu da seguinte questão: como a educação pode contribuir para a formação humana sem alimentar os interesses capitalistas? Diante dessas indagações, o objetivo geral apresenta-se do seguinte modo: analisar os impactos da crise estrutural do capital na educação, sendo os objetivos específicos:

- a) verificar as mudanças ocorridas na educação como objeto de interesses do capital;
- b) problematizar a educação enquanto atividade educativa imediatista; e
- c) identificar estratégias para superar a lógica da educação como mercadoria.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Ontológico

Para compreender o método materialismo histórico-dialético, Netto (2011) defende que é fundamental descobri-lo através da investigação, considerando a totalidade, a contradição e a mediação. Há necessidade de apreender um elemento em sua contextualidade por meio da abstração e analisá-lo com foco em estudar a sociedade, a realidade e suas múltiplas determinações. Portanto, é fundamental compreender a dinâmica e as transformações históricas e sociais da humanidade em sua totalidade e contradições, cabendo a pesquisa descobri-las e por meio das relações e estruturas emergem os sistemas de mediação.

O método materialismo histórico dialético será utilizado na pesquisa. Pois ao definir esse posicionamento, corroborando com Netto (2011) compreende-se a aproximação do real em suas múltiplas determinações e contradições, tendo por finalidade apreender o caráter de ser dos processos analisados, tendo em vista sua materialidade e historicidade.

Nesse sentido, o método crítico dialético busca registrar o que é fundamental e cotidianamente necessário aos que pensam a realidade, não só para apreciá-la, mas, sobretudo, para transformá-la. Também, possibilita captar os fatos em sua totalidade, pois supera a mera aparência, suspende o cotidiano, a imediatividade e possibilita a apropriação da essência dos fenômenos.

### 2.2 Epistemológico

Tonet (2016b) afirma que a pesquisa científica deve ser pautada na objetividade, na essência do real com foco na verdade do objeto investigado. Sendo assim, a subjetividade tem que ser o máximo objetiva possível.

<sup>1</sup>O caráter necessário das crises cíclicas significa que elas, no capitalismo, necessariamente vão ocorrer. Não se trata de fenômenos eventuais, ocasionais, com probabilidades de acontecer ou não. Eles são certos, necessários. Por que? Porque as crises cíclicas fazem parte das leis gerais – sempre de tendência – de funcionamento do capitalismo. Não são fenômenos exógenos, externos ao funcionamento do capitalismo. Ao contrário, fazem parte desse funcionamento. O processo de acumulação de capital exige, e até necessita das crises, para que o processo transcorra ao longo do tempo. Não existe capitalismo sem crises cíclicas (CARCANHOLO, 2021, p. 122).

Logo, a consciência do sujeito deve ser a consciência do objeto em investigação, desse modo, deve-se evitar o excesso de subjetividade em uma pesquisa, pois poderá causar uma falsa consciência.

A centralidade no objeto permite conhecer, reconhecer e afirmar a existência do real. Nessa perspectiva, o/a pesquisador/a deve ter como horizonte a totalidade do objeto, ou seja, buscar aprender a aparência e se aprofundar até atingir a essência, desse modo, a consciência poderá expressar a existência do real em sua complexidade e dialética. Para tanto, é imprescindível analisar e compreender o objeto da pesquisa associando-o a uma realidade dinâmica e mutável.

Sobre isso, Tonet (2016b) afirma que a mediação entre a objetividade e a subjetividade é realizada por meio de dados colhidos pelos sentidos, entretanto, são singulares, múltiplos, parciais, heterogêneos e mutáveis. A história da humanidade é feita de forma cíclica. No campo da ciência se faz necessário produzir conhecimentos para transformar o ser social.

### 2.3 Metodológico

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa por meio de uma investigação bibliográfica para abordar a temática sobre a educação e a crise estrutural do capital fundamentado em Tonet (2016a), Rafael, Ribeiro e Segundo (2016), Mészáros (2011). A estrutura da pesquisa terá como base a educação diante de interesses e influências do capital, a educação para superar a lógica do capital e possibilitar, de fato, a emancipação humana e a transformação da sociedade.

Acerca da pesquisa qualitativa, Godoy (1995) aponta que a abordagem é apropriada ao buscar a razão do problema que deseja investigar diante das questões, dos objetivos que orientam a investigação, bem como a complexidade para compreender o fenômeno como um todo. A pesquisa qualitativa se torna relevante para apreender fenômenos sociais e culturais. Corroborando com a ideia acima, Gatti e André (2011) afirmam que a perspectiva qualitativa defende um olhar totalizante dos fenômenos ao considerar todos os componentes em suas interrelações e influências mútuas.

Com relação à pesquisa bibliográfica, essa metodologia “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (MATOS; VIEIRA, 2001, p. 40). Conforme indica Fonseca (2002), todo trabalho científico inicia com uma pesquisa bibliográfica que possibilita ter ciência de referenciais teóricos e de publicações já realizadas sobre determinada temática com o intuito de reunir saberes sobre o objeto que busca investigar. Desse

modo, é fundamental a atenção do/a pesquisador/a para o material coletado a fim de não comprometer o estudo em andamento com informações equivocadas.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 A educação diante das demandas capitalistas

Para Rafael, Ribeiro e Segundo (2016), a crise do capital proveniente da crise do trabalho interfere diretamente na educação, na formação e no pensamento dos sujeitos, pois estimula uma sociedade competitiva, à medida que pessoas aspiram diferentes conquistas pessoais e profissionais, e temos um mercado de trabalho cada vez mais restrito que é impactado pelo crescente avanço tecnológico resultando em uma substituição do “capital variável” pelo “capital constante”.

Tonet (2016a) declara que a ideia dessa mudança se dá pelo fato de produzir mais com menos gastos, inclusive economizando em mão-de-obra e incorporando novas produções tecnológicas para gerar maior lucratividade. Portanto, o sistema capitalista busca a produção de mercadorias através de menor custo com objetivos em adquirir maiores mercados como maneira de ampliar o lucro, tendo em vista a mais valia e a força de trabalho como produto no sistema de produção.

Tonet (2016a), acrescenta que o processo de mudanças no modo de produção promove disputas entre capitalistas que se sobrepõem ao dominar a classe trabalhadora. Nesse cenário, Estado e Capital uniram-se no sentido de assegurar amplo avanço tecnológico, intensificando a produção e reduzindo a força produtiva, estabelecendo uma necessidade de reformulação.

Daí então, intensificou a luta de classes, gerou o crescimento da competitividade no mercado que culminou em aumento do desemprego, a incrementação do subemprego que afeta na fragilidade e na precarização do trabalho, na defasagem salarial, na retirada de direitos trabalhistas e sociais, ocorrendo aumento do trabalho informal e o empreendedorismo, apelo ao terceiro setor com a desresponsabilização do Estado, permitindo abertura para a privatização de serviços públicos e de empresas públicas, deixando o Estado em constante submissão aos interesses dos capitalistas.

Nesse contexto de crise do trabalho e do capital, Tonet (2016a) afirma que a apropriação dos bens foi restringida aos burgueses, isso resulta em um agudizamento de problemas sociais, tais como: miséria, pobreza, fome, violência urbana, precarização dos serviços de saúde, habitação, saneamento básico e de educação. Assim, “[...] uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como tam-

bém a outros complexos aos quais é articulada”. (MÉS-ZÁROS, 2011, p. 796). Em decorrência disso, aflige diretamente as relações sociais, valores e ideias, instigando o pensamento individualista e o estímulo à competitividade entre as pessoas em diferentes setores da sociedade.

A crise que abala a economia mundial atinge fortemente a população mais carente, sobretudo trabalhadores/as assalariados/as, pois possuem inúmeras adversidades para manutenção de seus empregos ou se inserirem no mercado de trabalho. Logo, Tonet (2016a) aponta que o capitalismo se fundamenta na exploração do trabalho pelo capital por meio da compra e venda, provocando um sistema de forças desiguais, entre trabalho e capital.

Rafael, Ribeiro e Segundo (2016) consideram que a sociedade contemporânea compreende que o insucesso de uma pessoa no mercado de trabalho é de responsabilidade somente dela com narrativas de culpabilização dos sujeitos desconsiderando as análises das contradições da sociedade classista, bem como as determinações históricas, culturais, sociais e econômicas. Isso é decorrente da reprodução de retóricas neoliberais e de uma dita meritocracia, além do incentivo as pessoas a viverem em extrema competição e exploração pelo capital privado.

Nessa perspectiva, os capitalistas se favorecem de crises ao fomentar as explorações, o aumento das inflações, dos juros e dos empréstimos, ao reduzir números de vagas de emprego e diminuir os vencimentos da classe trabalhadora. A primeira resposta do sistema capitalista para estancar a crise é a retirada de direitos trabalhistas. Ademais, cabe destacar o crescente aumento do desemprego estrutural e conjuntural que incide em uma maior desigualdade social, expandindo a miséria e a pobreza.

Essa crise está penetrada na educação, conforme apontam Rafael, Ribeiro e Segundo (2016) que a educação é utilizada como meio de fornecimento do capital com mão-de-obra precária e que ocorre o fortalecimento de discursos nos quais a educação proporciona melhor empregabilidade. A educação no sistema capitalista sofre impactos da iniciativa privada, pois é tratada como área estratégica afim de reproduzir as demandas do capital.

A educação possui a incumbência de formar as próximas gerações, ou seja, pode contribuir para construção de uma nova sociedade. Logo, para produzir uma sociedade, a transformação deve iniciar prioritariamente na educação, porém não se restringe a ela e tampouco sozinha conseguirá mudar a realidade, pois torna-se uma esfera que envolve competitividade pela

soberania do pensamento de uma sociedade no capitalismo.

Na contemporaneidade, temos uma educação engendrada diante de interesses da elite burguesa com vistas as exigências econômicas, segundo a qual determina os rumos da escolarização com o intuito que docentes e discentes reproduzam à lógica do capital. Nesse sentido que “[...] uma educação e uma escola a serviço das classes dominantes e, portanto, disseminadora de uma educação reprodutivista, dominadora e de controle social da ordem capitalista estabelecida”. (SANTANA et al., 2020).

Corroborando dessa tese, “a educação na sociabilidade capitalista responde a um tipo de formação direcionada a manutenção do poder do capital e seu processo de acumulação diante de fases de crescimento ou de crises” (SANTOS, 2020, p. 51). Portanto, a educação é concebida como forma de manutenção do sistema e a serviço do capital, de modo que a escolarização é organizada de modo tecnicista para a classe trabalhadora e formativa para a classe dominante. Em contrapartida, é fundamental que haja resistência para que a educação não sirva aos proveitos das classes dominantes nem ao mercado.

É nessa conjuntura que a educação transcorre por processos de remodelamento para atender às demandas de novas produtividades, pois Tonet (2016a) aponta que para os capitalistas, as alterações já realizadas não são mais satisfatórias e/ou eficazes, assim fortalecendo a lógica que é primordial ocorrer transformações na educação para preparar as pessoas para um novo cenário, na qual são necessárias novas produções com novas exigências que objetivam a rentabilidade.

O capital interessa-se pela educação, visto que assegura o desenvolvimento do “capital humano” para o mercado de trabalho, portanto, o sistema capitalista produz e determina as finalidades para as classes ao organizar e manter diferentes formas de educação. Conforme apontam Rafael, Ribeiro e Segundo (2016), ao verificarmos documentos oficiais que regulam o sistema educacional fica explícita as determinações que são dadas a educação no sentido de satisfazer os desejos e as metas pré-estabelecidas pelos capitalistas à proporção que a formação humana não é tratada com a devida relevância, ou em muitos contextos, limita-se aos escritos. Dessa forma, os estabelecimentos de ensino, os currículos escolares e as atividades educativas concentram-se em atividades imediatistas, isto é, formação de mão-de-obra para atuar no mercado capitalista.

Caetano (2020) pondera que as reformas educacionais no Brasil incorporam a cooperação entre setores público e privado, a gestão por resultados, a filantropia,

a terceirização e a privatização no intuito da gestão e do funcionamento que integram instrumentos do setor privado. Isto posto, a entrada da iniciativa privada na educação pública insere ferramentas de mercado que impacta nos currículos escolares, nas contratações de empresas terceirizadas para prestação de serviços diversos, isto é, o engajamento de empresas prestadoras de assessoria educacional, organizações que ingressam na formação de professores/as e gestores/as, instituições privadas que atuam na produção de material didático para as escolas e outras que realizam parcerias para as avaliações educacionais.

Dias (2020) aponta que a partir da década 1990, os capitalistas adotaram um discurso ludibriador de defesa da escola básica ao defender ajustes na educação conforme os interesses do capital, daí emergiram critérios como eficiência, qualidade total, competitividade com desejo que a educação básica fosse avaliada e estruturada a partir desses padrões. Vale salientar que a década de 1990 sucedeu a adaptação dos sistemas educacionais às demandas do sistema capitalista e a busca por uma efetiva democratização de acesso ao conhecimento em toda a escolarização.

Diante disso, para Peternella, Borges e Neto (2021) houve uma forte existência de órgãos internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que interviram em sistemas educacionais por meio de direcionamentos organizacionais e pedagógicos que são evidenciados através da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia em 1990, cuja marcou a transformação da concepção de educação e que culminou na elaboração da Declaração Mundial sobre Educação Para Todos.

Cabe evidenciar que a década de 1990 no Brasil foi marcada pela redefinição do papel do Estado com alicerces neoliberais e forte influência das recomendações do Consenso de Washington em 1989 para os países periféricos sob instruções que ressaltavam a flexibilização de mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção e do investimento financeiro, e o distanciamento do estado das suas obrigações sociais e da regulação social entre capital e trabalho.

Sobre as reformas educacionais propostas, Peternella, Borges e Neto (2021) asseguram que as mudanças ocorridas desde a década de 1990 marcam profundamente a educação brasileira, pois requerem que os governos tenham compromisso em retomar e garantir a política educacional ao certificar que objetivos e metas estabelecidos na Declaração Mundial sobre Educação

Para Todos sejam atingidos, preservados e que obtenham a parceria com agências e instituições regionais e internacionais.

O Brasil possui documentos oficiais que seguem as recomendações determinadas pela Conferência Mundial de Jomtien, podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) instituído em 1998, o Plano Nacional de Educação criado pela Lei n. 13.005/2014 com vigência entre 2014-2024, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio, ambos estabelecidos pela Lei n. 13.145/2017, além de Diretrizes Curriculares e Documentos de Referências Curriculares estaduais.

Todos esses documentos mencionados salientam a necessidade de haver mudanças educacionais em termos de conhecimentos e habilidades específicas demandadas pela reestruturação da atividade produtiva. Portanto, ocorreram exigências para a implementação de amplas reformas do sistema educacional em diferentes períodos voltadas para a capacitação profissional e a utilização da produção científica e técnica com propósito em atender a lógica do mercado e a competitividade, critérios de políticas de equidade e eficiência e diretrizes para reforma educacional de integração nacional e descentralização.

Evidentemente que ao analisarmos a última década do Século XX e as duas primeiras décadas do Século XXI, podemos constatar que o setor privado vem atuando fortemente na educação, e a área vem se estabelecendo através do desenvolvimento de competências e de habilidades individuais nas quais estudantes são estimulados/as a adquirirem, pois são consideradas cruciais ao mercado de trabalho. Também, ocorre a busca da reformulação do processo de ensino-aprendizagem ao atrelar uma concepção de aprendizagem flexível, deste modo, os/as alunos/as são protagonistas e responsáveis pelo próprio aprendizado.

É nesse contexto de crise estrutural do capital e de intervenções neoliberais na educação que sucede a inclusão de disciplinas destinadas ao empreendedorismo e a educação financeira, além da ampliação de cursos profissionalizantes e técnicos oportunizados por instituições públicas e privadas para a formação de “capital humano” atribuído ao mercado.

Há a necessidade de uma educação progressista que agregue criticidade e humanização, pois “a educação é uma mediação para a reprodução social. E que, numa sociedade de classes, ela, necessariamente contribuirá predominantemente para a reprodução social dos interesses das classes dominantes” (TONET, 2016a, p. 11).

### 3.2 Educação Progressista como possibilidade de sobrepujar os interesses do capital

Para Machado, Ribeiro e Lima (2020) a educação progressista é vinculada por aspectos sociais, políticos e culturais à medida que há a perspectiva de transformar a sociedade a partir do entendimento da realidade, possibilitando uma formação crítica e o rompimento de interesses de uma educação mercadológica e excludente determinada pela classe dominante. Assim sendo, a educação progressista pode proporcionar senso crítico ao despertar para uma formação pautada na reflexão e no diálogo, além de identificar e aproximar a realidade social diante das desigualdades sociais existentes.

Tonet (2016a) assegura que a efetivação de uma educação emancipatória se concretizará se o trabalho associado tiver como base a superação da sociabilidade do capital, pois possibilitaria atender aos interesses do povo, para isso teria que mudar todo o sistema educacional. Para que a educação se concretize como processo de emancipação humana são necessárias ações coletivas, ou seja, cooperação de setores da sociedade, nessa perspectiva, poderemos ter uma educação emancipatória, humana e justa.

“Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47). Deste modo, Rafael, Ribeiro e Segundo (2016) acrescentam que a educação tem o seu papel de transformação social para uma construção de uma nova sociedade a nível global, estrutural e mudanças nas relações com o capital, entretanto, essa transformação não é permitida em uma sociedade capitalista. Então, há a necessidade de rompimento com discursos elitistas que fortalecem a meritocracia e potencializam as diversas formas de desigualdade social.

De acordo com Queiroz e Santos (2020), quando há o reconhecimento da atribuição social da docência que consiste em formar pessoas críticas e reflexivas, pode-se perceber a função emancipatória da educação na sociedade atual frente a desestruturação da formação humana sob o projeto do capital.

Dito de outro modo, a educação deve ser orientada com o propósito de buscar a emancipação humana reafirmando a educação nos moldes capitalistas que propicia a sujeição do ser humano às requisições exigidas pelo mercado, além de estabelecer a concordância de consenso, isto é, fazer que todas as pessoas tenham o mesmo pensamento e adotem posturas contra insurgência.

A educação em uma perspectiva emancipatória poderá transformar a sociedade ao desenvolver a reflexão,

a criticidade, a humanização e de fato, ser uma prática educativa libertadora. Nesse sentido, Paulo Freire (2006) propõe um modelo de currículo baseado em um projeto coletivo, defendendo que a reforma do currículo deve ser realizada por meio de um processo político-pedagógico e democrático, e não pode ser elaborada por um pequeno grupo e transformada em pacotes curriculares para serem aplicados com instruções e diretrizes.

Saviani (2013) enfatiza a relevância da escola ao proporcionar o conhecimento sistematizado para a classe trabalhadora se apoderar dos saberes que já foram produzidos historicamente pela humanidade sendo fundamentais para haver a transformação social. Logo, a transmissão e a assimilação dos saberes são indispensáveis para a constituição da classe trabalhadora em sua luta contra as explorações capitalistas de produção.

Já Libâneo (2013) acrescenta que a atividade educativa deve ter como princípio as realidades locais, a experiência de vida dos/as alunos/as e suas peculiaridades socioculturais. A proposta de um currículo escolar deve atender as diferenças e singularidades de cada contexto no intuito de promover a justiça social e solucionar os reais problemas da sociedade em uma perspectiva multicultural. Ratificando, Tonet (2016a) afirma que toda atividade educativa que busque contribuir para a formação deve ter como princípio a emancipação humana e isso é algo complexo, pois requer uma compreensão profunda de professores/as.

Sobre a prática educativa, Rafael, Ribeiro e Segundo (2016) indicam que a educação a disposição do capital está direcionada para a produção e o consumo, e em decorrência desse alinhamento, a formação docente reproduz interesses capitalistas ao desenvolver em alunos/as competências e habilidades adequadas ao mercado de trabalho. Contudo, a educação progressista compreende uma formação docente crítica e reflexiva em que professores/as através da sua práxis possam desenvolver situações de aprendizagem que estimulem a criticidade, a criatividade e a dialogicidade de alunos/as.

Nesse sentido, a educação pode proporcionar discussões e agudizar o senso crítico diante dos problemas e das demandas impostas pelo capital, sendo assim, poderá possibilitar a elucidação das situações de opressão e exploração, além do encorajamento perante contextos de desigualdades e injustiças sociais. Pois, a educação progressista deve objetivar a emancipação e humanização dos sujeitos, a criticidade, a dialética e a justiça social.

Por outro lado, o sistema capitalista cria uma cultura de negação da possibilidade de um novo projeto de sociedade, fortalecendo o discurso da classe domi-

nante que não há possibilidade de transição para outro modelo, que não existe uma outra forma para além do capital, subtraindo referências teóricas e históricas.

Consequentemente, o sistema capitalista demoniza qualquer autor/a que indique a existência de possibilidades para um novo projeto de sociedade. Isto é, territorializam autores como Karl Marx e Paulo Freire porque ambos ensinam a classe trabalhadora as estratégias de exploração do capital, cuja a mesma é explorada. Todavia, a classe dominante consegue fazer com que a classe dominada internalize que esses autores são vilões, em contrapartida, os autores deveriam servir de referência para a classe dominada em seu processo de reflexão, de luta, de resistência, de ensino e de aprendizagem.

Freire (2005) expressa que quando a educação é opressora, o oprimido almeja ter a função de opressor, introjetando as diretrizes do sistema. Deste modo, o oprimido hospeda em sua consciência, o pensamento do opressor, a ideologia, os valores e os interesses, ao mesmo tempo em que busca o desejo de libertação do dominador, daí então, temos um processo complexo em que a classe dominada precisa deixar o individualismo e adotar uma postura de resistência coletiva.

A educação enquanto prática social é uma atividade histórica e humana que se estabelece na completude das relações sociais e possui o poder de transformação da sociedade em sua totalidade. Sobre isso, Santos (2020) aponta que

Importa saber como a educação no sentido ontológico se define e se relaciona com a sociedade, numa perspectiva materialista histórico-dialética, pois se compreende que é necessário tecer as raízes que fundamentam e originam uma determinada esfera social para poder entendê-las na sua realidade concreta. Por isso, para entender a educação e seu papel na construção de um projeto revolucionário é importante traçar o seu conceito na materialidade histórica, no desenvolvimento dialético da sociedade (SANTOS, 2020, p. 48).

Logo, a atividade educativa mantém estreita relação ontológica com o trabalho. Isso explica o fato de que a educação é objeto de interesse do capital. “[...]a educação só pode ser compreendida se for considerada na sua relação com o trabalho como categoria ontológica que funda o mundo social[...]” (SANTOS, 2020, p. 48).

Todavia, para ocorrer a consolidação de uma emancipação humana de forma plena será necessário outro modelo de sociedade diferentemente dos moldes atuais, pois a educação emancipatória está em desacordo com a sociedade capitalista, sendo possível existir práticas pedagógicas de caráter emancipatório, transformador e crítico, porém não há possibilidades para uma efetivação da educação emancipatória no sistema de sociedade vigente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Peternella, Borges e Neto (2021) afirmam que a década de 1990 foi permeada pela expansão e ascensão do neoliberalismo, repercutindo diretamente nas políticas educacionais ao exigir sucessivas reformas que possibilitaram a efetivação de reestruturações curriculares para corresponder aos interesses do mercado. Nessa perspectiva, diante da crise estrutural do capital, a educação sofre um processo de (re)adequação para as exigências do sistema capitalista, fortalecendo a ideia da necessidade de mudanças de ensino para preparar professores/as e estudantes para uma nova demanda no encalço de possibilidades para superar a crise.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou verificar que a educação se encontra ancorada pelos valores do neoliberalismo, cujos reiteram os princípios capitalistas, tais como exclusão, seletividade e competitividade. Conforme aponta Medeiros (2019), a reforma dos sistemas educacionais durante a década de 1990 sucedeu de forma alienada e minimalista em países periféricos como o Brasil com o intuito de manter a ordem social. Dessa forma, a educação brasileira exhibe o dualismo e a fragmentação mediante políticas educacionais que fortalecem a reprodução da sociedade burguesa embasada na ideologia neoliberal.

Com efeito, temos os sistemas educacionais de países em desenvolvimento, organizados em sistema dualista de ensino, ou seja, a escola propedêutica para a classe burguesa com amplo acesso ao conhecimento científico, status social e prosseguimento de estudos a nível superior, por outro lado, a escola técnica-profissionalizante torna-se acessível a classe trabalhadora por meio de cursos para a formação de mão-de-obra a fim de atender o mercado e a lógica do setor produtivo.

Para superar uma educação sob o jugo do capital é necessário lutar e resistir por uma educação transformadora e liberadora, de forma que a escola seja (re)construída como ambiente fundamental para o desenvolvimento crítico, de modo que docentes possam se assumir como progressistas e pesquisadores/as a fim de agregar à reflexão e a práxis docente com o objetivo de proporcionar a emancipação humana aos/as discentes tornando-os/as seres humanos reflexivos e críticos com a capacidade de intervir na sociedade, para assim, promover a transformação necessária.

#### REFERÊNCIAS

CAETANO, M. R. Agora o Brasil tem uma base! a bncc e as influências do setor empresarial. que base? *Educação em Revista*, v. 21, n. 2, p. 65–82, 2020.

- CARCANHOLO, M. D. Crise capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro. In: ALVES, G.; CORSI, F. L. (Ed.). **Crise Capitalista no Século XXI: um debate marxista**. 1. ed. Marília: Projeto Editorial Práxis, 2021. v. 1, p. 121–144.
- DIAS, R. S. S. Educação, sociedade capitalista e estado. **Revista Educação Em Debate**, v. 1, n. 81, p. 65–84, 2020. ISSN 2526-0847.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Fortaleza: UEC, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. **A Educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Ed.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29–38.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, SciELO Brasil, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.
- MACHADO, F. S.; RIBEIRO, E. A.; LIMA, G. G. de. Contribuições da pedagogia progressista libertadora para a educação inclusiva frente ao contexto neoliberal. **Educação & Linguagem**, v. 23, n. 2, p. 141–162, 2020.
- MATOS, K. S. L. d.; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 1. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- MEDEIROS, V. M. d. Considerações acerca da relação entre a ldben9394/96, o relatório Jacques Delors e a proposta escolanova de John Dewey. In: EDIPUCRS. **Conferência internacional de filosofia da educação e pedagogia crítica**. Porto Alegre: Anais da V Conferência internacional de filosofia da educação e pedagogia crítica, 2019. p. 12.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PETERNELLA, A.; BORGES, L. L. C.; NETO, J. P. da S. Desenvolvimento pleno do estudante na bncc: notas críticas. **Revista Húmus**, v. 11, n. 33, p. 373–394, 2021.
- QUEIROZ, M. G. d.; SANTOS, A. F. A. d. A docência entre a submissão e a ruptura: Caminhos entre a formação e a ação. In: NOVAES, M. A. B. de; SILVA, D. G. O. da; BRITO, L. H. de (Ed.). **A crítica da educação na sociedade do capital**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2020. p. 90–99.
- RAFAEL, I. M. d. S. C.; RIBEIRO, L. T. F.; SEGUNDO, M. d. D. M. A crise do capital e a relação com a educação brasileira. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 41, n. 2, p. 375–386, 2016.
- SANTANA, R. S.; SANTOS, A. R. dos; FERNANDES, R. C.; CASTRO, R. A.; RAMOS, R. P. dos R. Educação e a formação humana: um estudo sobre a concepção de emancipação nos espaços educacionais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42282–42299, 2020.
- SANTOS, S. C. M. d. Trabalho, educação e emancipação humana: uma análise ontológico-marxiana. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, v. 1, n. 13, p. 46–56, 2020.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TONET, I. A educação numa encruzilhada. In: TONET, I. (Ed.). **Educação contra o capital**. 3. ed. São Paulo: Edição Ampliada, 2016a. p. 27–43.
- TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016b.